

19. Taxas a aplicar resultantes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para conhecimento aos munícipes, com efeitos de clarificação das taxas a praticar no período de transição, e até à efetivação da revisão da tabela de taxas e dos regulamentos em vigor, que para as taxas a aplicar resultantes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, sejam de acordo com a tabela de equivalências em anexo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 40017

Data: 22/04/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Taxas a aplicar resultantes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro

Considerando que:

1. A publicação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, altera o paradigma do controlo prévio no licenciamento urbanístico, através de uma ampla reforma e simplificação ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE);
2. As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, em matéria de isenção de controlo prévio de operações urbanísticas aplicaram-se retroativamente com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, sendo as restantes alterações em matéria de procedimento aplicáveis a partir de 4 de março do mesmo ano;
3. O Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, não concedeu aos Municípios o tempo mínimo necessário para adaptação dos planos e regulamentos em vigor a alterações desta magnitude;
4. Por outro lado, torna-se necessário clarificar a aplicação dos regulamentos municipais em vigor até a conclusão dos procedimentos de revisão em curso para adaptação às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro;
5. Perante o exposto acima, mostra-se indispensável minimizar a incerteza e a insegurança, bem como prevenir, na medida do possível, os riscos e prejuízos decorrentes da aplicação imediata das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/ 2024, de 8 de janeiro, e proteger a confiança dos particulares no que aos procedimentos pendentes diz respeito;
6. Sem prejuízo de uma abordagem global das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, e estando já a ser preparada a necessária revisão ao CRMB, com a criação de uma Comissão de Análise, multidisciplinar, que iniciará o procedimento, torna-se necessário, no imediato, clarificar quanto às taxas a aplicar por efeito das alterações ocorridas.

Nestes termos, propõe-se dar conhecimento aos munícipes, para efeitos de clarificação das taxas a praticar no período de transição, e até à efetivação da revisão da tabela de taxas e dos regulamentos em vigor, que para as taxas a aplicar resultantes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, sejam de acordo com a tabela de equivalências em anexo.

O Chefe de Divisão

Tabela de equivalências				
Tabela de taxas em vigor			Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro	
Artº 2	Requerimentos de interesse particular, apresentação de comunicação, mera comunicação prévia e autorização, não especialmente previstos	6,55	Alteração da designação – taxa mantém-se	
			Designação anterior: Emissão alvará - 6,55	
			Simplex: Pagamento de taxas para emissão do recibo que titula a operação urbanística - 6,55	
			Alteração da designação – taxa mantém-se	
			Designação anterior: Comunicação do obras precedidas de controlo prévio - 6,55	
		Simplex: Informação sobre início dos trabalhos de obras precedidas de controlo prévio – 6,55		
Artº 13	De pedidos de informação prévia:			
	1-Sobre a possibilidade de realização de operações de loteamento	78,45		
	2-Sobre a possibilidade de realização de obras sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia	78,45	Alteração da designação - dividida em 2 formalidades – a taxa mantém-se	
			Simplex - Pedido de informação prévia simples – 78,45	
			Simplex - Pedido de informação prévia qualificada – 78,45	
	4-Apresentação de elementos para aperfeiçoamento do pedido	34,85	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			– Apresentação de elementos – 34,85	
Art.º 15	Comunicação do início de trabalhos, em obras isentas de controlo prévio	22,95	Alteração da designação – a taxa mantém-se	
			Simplex-Informação sobre início dos trabalhos de obras isentas de controlo prévio – 22,95	
Art.º 16	3-Por cada pedido de alteração ao projeto inicial antes da emissão do alvará de licença ou comunicação prévia	55,2	Alteração da designação - a taxa altera	
			– Apresentação de elementos – 34,85	
	4-Por cada pedido de alteração ao projeto inicial após a emissão do alvará de licença ou da comunicação prévia	140,4	Alteração da designação – dividida em 2 formalidades - a taxa mantém-se	
			Simplex - Alterações à licença – 140,35	
			Simplex – Alteração da licença de operação de Loteamento – 140,35	
	5-Apresentação de elementos para aperfeiçoamento do pedido	34,85	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			– Apresentação de elementos – 34,85	
Art.º 17	9-Apresentação de elementos para aperfeiçoamento do pedido	34,85	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			– Apresentação de elementos – 34,85	
Artº 19	Outras taxas de apreciação:			
	1-Pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas frações	8,15	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			Mera comunicação prévia para utilização edifício ou fração após a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio – 8,15	
	2-Pedido de autorização de alteração de utilização de edifícios ou suas frações	8,15	Alteração da designação - dividida em 2 formalidades – a taxa mantém-se	
			Comunicação prévia com prazo para alteração de utilização de edifício ou suas frações, ou de informação constante de título de utilização, não precedidas de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio- 8,15	
			Comunicação prévia com prazo para utilização de novas edificações ou novas frações, na sequência de obras de construção isentas de controlo prévio – 8,15	
	8-Pedido de prorrogação do prazo para a entrega de elementos em pedidos de licenciamento, autorização, comunicação prévia ou de apresentação de declaração prévia	22,95	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			Prorrogação de prazo para resposta a notificação – 22,95	
	10-Pedido de prorrogação do prazo para a emissão de alvarás de licença ou autorização	22,95	Alteração da designação - a taxa mantém-se	
			Prorrogação de prazo para a conclusão das obras de edificação – 22,95	
	11-Pedido de prorrogação do prazo para execução de obras de urbanização	22,95	Alteração da designação - dividida em 2 formalidades – a taxa mantém-se	
		- Primeira prorrogação de prazo para conclusão de obras de urbanização - 22.95		
		- Segunda prorrogação de prazo para conclusão de obras de urbanização – 22, 95		